

# Aumento do salário mínimo e alívio no IRS – Todas as medidas do OE que vai ser entregue hoje

written by O Cidadão | 9 de Outubro, 2025



Há medidas como aquelas incluídas no pacote da habitação e a descida do IRC que foram discutidas à margem do Orçamento do Estado para 2026 (OE2026), tendo em conta que o executivo quer um documento mais simples, sem “cavaleiros orçamentais”, que possa ser viabilizado pelo parlamento.

O segundo OE elaborado pela equipa das Finanças liderada por Joaquim Miranda Sarmiento, cuja proposta já foi aprovada em Conselho de Ministros, será entregue um dia antes do prazo e discutido na generalidade no final do mês, **com a votação final global agendada para 27 de novembro.**

O que já se sabe sobre o OE2026

### **CSI terá aumento de 40 euros**

O OE terá inscrito um novo aumento do Complemento Solidário para Idosos (CSI), de 40 euros, segundo anunciou o primeiro-ministro, que prometeu também voltar a dar o suplemento para pensões mais baixas em caso de folga orçamental.

*“Quando chegámos ao Governo eram 550 euros, grosso modo, aumentámos primeiro para 600, depois para 630, e até ao dia 10 de outubro, o país ficará a saber quanto é que propomos aumentar para o próximo ano”,* disse Luís Montenegro, referindo-se à data limite de entrega do OE2026, durante uma ação da campanha para as autárquicas.

Entretanto, o primeiro-ministro já adiantou que o aumento será de 40 euros, **fixando-se nos 670 euros.**

O chefe de Governo comprometeu-se também com um novo suplemento para as pensões mais baixas *“se, a meio do ano, a execução orçamental revelar equilíbrio e folga suficiente”.*

### **Orçamento já tem medidas com impacto de 4.449 milhões de euros**

O Orçamento parte já com um conjunto de medidas que impactam as contas públicas, que no seu conjunto totalizam 4.449 milhões de euros, segundo o quadro de políticas invariáveis entregue pelo Governo à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP).

Entre as medidas que afetam a receita destaca-se **a redução do IRC em um ponto percentual**, com um impacto de 300 milhões de euros, bem como a **atualização da dedução específica**, os escalões de IRS e o mínimo de existência, com 325 milhões.

Já na despesa, sobressaem rubricas como as despesas com pessoal (1.248 milhões de euros), com o aumento determinado no acordo de rendimentos (512 milhões) e também os acordos salariais (262 milhões), bem como as pensões (1.563 milhões de

euros).

## **Finanças contam com excedente este ano e no próximo**

O Governo espera atingir um excedente orçamental de **0,3% do Produto Interno Bruto (PIB)** este ano e, embora ainda não tenha apresentado novas previsões para 2026, continua a esperar um saldo positivo, sendo que as últimas perspetivas são de um excedente de 0,1% em 2026, segundo o relatório entregue a Bruxelas em abril.

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) continua a projetar um défice orçamental no próximo ano, mas agora mais reduzido, de 0,6% do PIB, segundo o relatório divulgado, e o Banco de Portugal também aponta para um saldo orçamental negativo em 2026.

No que toca ao cenário macroeconómico, no Orçamento do Estado, o Governo tinha inscrito um crescimento de 2,1% para este ano, que foi revisto para 2,4% no relatório submetido a Bruxelas, em abril, e é ainda incerto se esta estimativa se vai manter.

## **Redução de taxas de IRS**

O parlamento aprovou em julho uma redução do IRS em 2025 e um compromisso para existir uma nova descida no próximo ano, a inscrever no OE2026.

O diploma aprovado inclui uma norma, acrescentada à proposta inicial do Governo por iniciativa das bancadas do PSD e do CDS-PP, para que, **“em sede de Orçamento do Estado para 2026”**, o Governo proponha ao parlamento **“reduzir, adicionalmente, em 0,3 pontos percentuais as taxas marginais do 2.º ao 5.º escalão”**.

Com esta iniciativa, o executivo ficou vinculado pela Assembleia da República a avançar com uma nova proposta de reformulação da tabela do IRS, para consagrar uma nova descida das taxas do 2.º ao 5.º escalão, a aplicar aos rendimentos

ganhos pelos contribuintes ao longo de 2026.

Com redução adicional em 0,3 pontos percentuais, o segundo escalão passaria a ter uma taxa de 15,7%, o terceiro de 21,2%, o quarto de 24,1% e o quinto de 31,1%.

Luís Montenegro já confirmou, entretanto, em campanha, que o **próximo Orçamento vai trazer uma nova diminuição do IRS. “Estamos a diminuir o IRS, já o fizemos três vezes. E vamos fazê-lo também no próximo Orçamento do Estado”**, assegurou, num comício de apoio ao candidato do PSD/CDS-PP à presidência da Câmara de Guimarães.

### **Ciência vai ter reforço de 8% no Orçamento**

O ministro da Educação, Ciência e Inovação anunciou que o OE teria mais 8% para o setor da ciência, representando um reforço de **40 milhões de euros** face a este ano.

Durante a sua intervenção na sessão comemorativa do 50.º aniversário da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, Fernando Alexandre revelou que a ciência terá um reforço de 8%, valor que se traduz em mais 40 milhões de euros.

### **Salário Mínimo Nacional aumenta pelo menos para 920 euros**

O acordo tripartido de valorização salarial e crescimento económico para 2025-2028, assinado em outubro do ano passado entre Governo, as quatro confederações empresariais e a União Geral de Trabalhadores previa que o salário mínimo nacional aumentasse dos atuais 870 euros para 920 euros em 2026.

No programa de Governo, o executivo estabeleceu uma nova meta para abarcar toda a legislatura, apontando como objetivo que a retribuição mínima garantida atinja os 1.100 euros brutos por mês em 2029.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social afirmou que o Governo **“não abre nem fecha a porta”** a rever a trajetória do salário mínimo nacional.

## **Descida de IRC à margem do OE2026**

A redução da taxa de IRC já foi aprovada no parlamento, na generalidade em 19 de setembro, antes do início do debate orçamental. Apesar de a discussão acontecer à margem, o impacto orçamental da medida entra no OE2026.

Após uma descida do IRC este ano, de 21% para 20%, a **taxa baixará para 19% no próximo ano**. Para 2026 há ainda um desagravamento da taxa que se aplica às Pequenas e Médias Empresas (PME) e às empresas de pequena e média capitalização nos primeiros 50.000 euros da matéria coletável de 16% para 15%.

## **Calendário**

O Orçamento do Estado teria de ser entregue no parlamento até 10 de outubro, mas o Governo antecipou-o para hoje – e o calendário para a apreciação do OE2026 desenhado pela comissão parlamentar responsável pelo orçamento aponta para que a discussão, na generalidade, ocorra em 27 e 28 de outubro.

Já as votações das propostas de alteração e do documento, alínea a alínea, deverão arrancar em 20 de novembro e a **votação final global em 27 de novembro**.

OC/AJS